

X Congresso da Brasa
22 a 24 de julho de 2010 – Brasília / DF

Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe: rupturas ou continuidades?

Autor: Fernanda Xavier da Silva
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Agência Financiadora: FAPESP
(fernanda.xav@hotmail.com)

Resumo:

Com base no conceito de que, mantidos os mesmos aspectos/problemas ao longo do tempo, as idéias admitem certa margem de tolerância e atualização (Brandão, 2007), o presente trabalho compara as obras "*O idealismo da Constituição*", de Oliveira Vianna, e "*Condições Institucionais ao Desenvolvimento*", de Hélio Jaguaribe, de modo a apontar a existência de continuidades entre essas formulações. Embora produzidas em épocas distintas e respondendo a desafios em parte diferentes (organização nacional em 20, promoção do desenvolvimento em 50), ambas se voltam ao estudo da sociedade com vistas à elaboração de um projeto capaz de suplantar a crise e o atraso brasileiros. Compartilham temas, caminhos de análise e diagnósticos semelhantes. Ainda que Jaguaribe aluda a um projeto político diferente do proposto por Vianna (um, nacional-desenvolvimentista; o outro, autoritário-corporativo), existem afinidades entre suas idéias. Em certa medida, o desenvolvimentismo de Jaguaribe trata de uma adequação, a seu contexto histórico, da agenda temática lançada por Vianna. Procuramos, assim, demonstrar que a despeito da visão fragmentária da história das idéias no Brasil, é possível pensar em continuidades.

Palavras Chaves: Pensamento social brasileiro; conservadorismo; autoritarismo; desenvolvimentismo.

Abstract:

Based on the concept that if same issues/problems remain over the time ideas allow a little change and update (Brandão, 2007), this paper compares two books of Oliveira Vianna and Hélio Jaguaribe: "*O Idealismo da Constituição*," and "*Condições Institucionais ao desenvolvimento*". We intend to show the existence of continuities among them. Although they write in different periods and faced different challenges (establish national organization during the twenties x promote Brazilian development in the fifties), both of them studied the Brazilian society seeking to prepare a project capable of overcoming our crisis and economic delay. So, they shared themes, line of analysis and diagnoses. Even though Jaguaribe propose a political project different from Vianna's there are affinities between his ideas: the development in Jaguaribe is an adaptation, to his historical context, of the thematic agenda discussed by Vianna. Thus we'll demonstrate that ideas in Brazil is not random, makes sense and system.

Keywords: Brazilian social thought; conservatism; authoritarianism; development.

Introdução:

De modo geral, as análises do pensamento político-social brasileiro avaliam-no a partir da perspectiva de uma geração, um grupo ou de um autor isolado. Buscando compreender as idéias em si mesmas e/ ou inseridas no ambiente em que foram produzidas, caracterizam-nas como expressão de temas e conceitos circunscritos – diríamos mais, só significativos – a um período histórico específico. Isso reflete uma visão fragmentária da história das idéias no Brasil, que entende o alcance delas como limitado ao contexto em que surgem e com o qual dialogam. Nesse sentido, o pensamento político-social brasileiro é encarado como uma produção que geralmente começa do zero, diferente e desconectado do que foi produzido anteriormente.

Isto não se faz diferente nas análises que tratam do pensamento produzido na primeira metade do século XX. Embora elaboradas em um período cuja principal temática é superar a crise e o atraso brasileiros, é comum separarmos o conjunto dessas obras em duas gerações de intelectuais: de 1920 a 1940 e de 1945 a 1960¹. Tal divisão se justifica, primeiramente, porque estão inseridas em contextos históricos diferentes: enquanto a primeira geração dialoga com a Primeira República procurando entender o contexto para daí formar um projeto, a segunda busca consolidá-lo a partir da análise dos erros e limites ignorados pela primeira. E, como consequência, têm enfoques diversos: político institucional em 1920, e econômico em 1950.

Ainda que reconheçamos que os temas, os caminhos de análise e, até mesmo, os projetos desses dois períodos são diferentes, isso não é suficiente para considerá-los inteiramente díspares. Tanto em 20 como em 50, essas obras procuram desvendar as singularidades da sociedade e história nacionais, com vistas a apresentar o caminho e condições necessárias ao seu desenvolvimento e/ou modernização. Acabam, assim, por, igualmente, elaborar (ou, ao mesmo, tentam²) ideologias de Estado adequadas ao seu respectivo contexto histórico – a saber:

¹ Ainda que essa periodização seja bastante usual, é importante destacar que existe uma diferença de natureza entre os trabalhos produzidos na década de 20 daqueles elaborados em 30. Estes últimos “abandonam progressivamente a marca de lamentação sobre a inexistência de uma cultura brasileira (...) para voltar-se à busca das raízes de nossa formação”. Assinalam, pois a “passagem de uma etapa de meditação a uma fase de explicação do social” (Bastos, 2006: 07).

² Trabalhamos com a idéia de tentativa, porque os intelectuais de 20 não chegaram a elaborar propriamente uma ideologia de Estado. Isso só foi plenamente realizado em 30, por autores como Almir de Andrade e Azevedo Amaral. Contudo, não podemos ignorar que era intenção de alguns desses ensaístas (sobretudo de Oliveira Vianna) fundar um novo arcabouço de dominação.

autoritário-corporativo e nacional desenvolvimentista. Logo, em que pesem as diferenças desses textos e contextos, acreditamos que essas obras partilham de algumas afinidades.

São poucos e recentes os trabalhos que apontam para a existência de continuidades entre obras de diferentes períodos. Tais pesquisas consolidam uma nova linha de interpretação da história das idéias no Brasil, que procura demonstrar que a vida intelectual brasileira não é aleatória, “faz ao contrário sistema e sentido” (Brandão, 2007: 45)³. Segundo Brandão, uma vez que a agenda temática inaugurada pelo ensaísmo de 20 só é superada na década de 70⁴, é possível identificar certas continuidades, linhagens e tradições no pensamento político-social brasileiro. Isso aponta para um caráter cíclico no nosso pensamento: não obstante uma “mudança profunda de ênfase, estilo e problemáticas intelectuais” - resultado dos novos problemas sociais postos pelo contexto, somado à consolidação da universidade como *locus* principal da produção intelectual, – quando tomadas em conjunto, “tais formas de pensamento não foram ou nem sempre são necessariamente excludentes entre si: como fenômenos sociais e ideológicos se interpenetram e se influenciam reciprocamente” (BRANDÃO, 2007: 36 e 38).

Seguindo essa linha de pesquisa, o presente trabalho pretende uma análise comparada dos livros “*O idealismo da Constituição*”, de Oliveira Vianna, e “*Condições Institucionais ao Desenvolvimento*”, de Hélio Jaguaribe; os dois autores que mais claramente expressam o projeto político-ideológico hegemônico em cada um dos períodos referidos, e que (acreditamos) possuem as maiores afinidades eletivas⁵. Comungando da tese de Brandão de que mantidos os mesmos aspectos/problemas ao longo do tempo, as idéias admitem certa margem de tolerância e atualização, procuramos demonstrar que tais livros e seus autores partilham de certas semelhanças, pertencendo a uma mesma linhagem do pensamento brasileiro: o idealismo orgânico - pressupõe que os males vigentes

³ Dentre eles, encontra-se o projeto temático (que esta pesquisa integra) *Linhagens do Pensamento Político-Social Brasileiro*, cujo foco consiste em tentar descrever e avaliar as principais formas de pensamento e famílias intelectuais que dominaram o pensamento político e social brasileiro desde o último quarto do séc. XIX.

⁴ A crítica à ditadura militar faz com que o foco da discussão passe da questão do desenvolvimento/modernização para a questão da democratização do processo político-social.

⁵ Caracteriza “um tipo muito particular de relação dialética que se estabelece entre suas configurações sociais ou culturais não redutível à determinação causal direta ou ‘influência’ no sentido tradicional” (Lowy, 1989: 13). Pressupõe a convergência e a complementaridade das idéias, sem que isso signifique um apagamento das diferenças; sejam elas de recortes ou ideológicas.

estão presentes na sociedade, podendo ser superados através da ação do Estado. Desse modo, o desenvolvimentismo de Jaguaribe trata-se, em certa medida, de uma adaptação, a um novo contexto histórico, da agenda temática lançada por Vianna.

Esta análise está fundamentada no debate teórico-metodológico a cerca da história das idéias. Trabalhamos aqui com um mescla das perspectivas textualista e contextualista, interpretando as idéias enquanto perspectiva política mobilizada: são fenômenos socialmente construídos que se influenciam reciprocamente. Segundo Lukács, toda produção cultural e/ou artística consiste em uma reprodução da realidade social; reflete uma determinada visão de mundo. As idéias têm, portanto, uma existência social. Surgem “como uma necessidade histórico-social da vida” (LUKÁCS, 1965: 53). Devem, pois, ser estudadas de forma não apenas sistemática, mas também histórica. Longe de isso implicar em um determinismo, essa gênese social é somente um ponto de partida: influencia o modo como autor e receptor percebem os elementos, os conteúdos, sentem os efeitos das idéias, sem com isso determinar sua substância. Isso explica porque algumas obras sobrevivem a seu contexto histórico, podendo ser interpeladas a partir de outras condições e perspectivas.

Segundo Skinner, para que um enunciado seja entendido corretamente é preciso que estudemos não *apenas o texto*, ou o texto *em* seu contexto, mas ambos *em conjunto*. Do mesmo modo que “o contexto social contribui à formação e mudanças das idéias; as idéias contribuem à formação e mudança do contexto social”. (SKINNER, 2000: 182). Logo, a correta interpretação de um determinado enunciado exige que apreendamos qual foi intenção do autor ao produzi-lo, e quais os efeitos que ele pode ter gerado quando de sua enunciação. Não basta estudar o que um autor disse ou porque disse, é preciso apreender “como quis dizer e o que disse e, com isso, que relações podem ter estabelecido entre vários enunciados diferentes dentro de um mesmo contexto geral” (SKINNER, 2000: 186).

Em resumo, concebemos as idéias como expressão de um contexto político, social e histórico específico, que em conjunto com a intenção básica de cada autor ou grupo social, produz efeitos que transcende o simples ato de fala. Nesse sentido, analisamos as obras de Oliveira Vianna e Hélio Jaguaribe enquanto uma forma comum de diálogo com a realidade, em parte diferenciada.

Este trabalho encontra-se dividido em duas partes. Na primeira há uma apresentação do conteúdo geral desses dois livros. Procuramos aí expor como cada um desses autores interpreta o Brasil e sua crise, e quais caminhos apontam à superação do atraso. Posteriormente, fazemos uma análise comparada de seus principais temas e caminhos de análise, de modo a comprovar que seus textos se aproximam mesmo quando subsistem elementos que os afastam.

I. Dois projetos para o Brasil:

- *O autoritarismo de Oliveira Vianna:*

O livro “*O idealismo da constituição*” de Oliveira Vianna, consiste em uma crítica não só à Carta de 1891, mas à política brasileira como um todo. Segundo o autor, o debate político nacional padece de uma mentalidade idealista que insiste em organizar o país com base em paradigmas estrangeiros. Caracterizado como um idealismo utópico - sistema doutrinário em desacordo com as condições reais e orgânicas da sociedade, – ao invés de promover a definitiva organização social e política do nosso povo, reforça nossas características negativas: “a anarquia branca, o predomínio das oligarquias, o risco de fragmentação do país” (BRANDÃO, 2007:68).

Conforme Vianna, as razões deste utopismo têm múltiplos fatores: sistema de educação intelectual religioso (de origem estrangeira) afastado de nossa realidade; coincidência entre nossa fase de organização política com a reivindicação democrática no Velho Mundo; e o papel da imprensa como palco principal da produção e disseminação desses idealismos. Além disso, destaca que tais idealismos não se restringem ao plano das idéias, das convicções individuais. Eles “iam além: “coordenavam-se, arregimentavam-se e tomavam, por fim, a forma objetiva de programas de partidos” - especificamente a forma de programas liberais (VIANNA, 1939: 39).

Para o autor, as instituições liberais (praticadas há quase cem anos) são incompatíveis com a realidade brasileira, pois presume um regime de “opinião pública organizada, arregimentada e militante” em um país onde sequer existe o sentimento de interesse coletivo (Op. Cit: 96). Devido condições particulares e

especiais à formação nacional – entre elas a ampla extensão territorial somada à baixa densidade demográfica do país - nossa população caracteriza-se como uma população desprovida do senso de solidariedade e refratária à noção de espírito público. Trata-se de um povo em fase elementar de integração social, com baixo grau de organização política e afeito à política de clãs. De fato, conforme o autor, o clã parental é o próprio fundamento de nossa organização como povo; é a “base de toda nossa estrutura social e, portanto, política” (Op. Cit: 65). Ele penetra na alma da sociedade, tem manifestações várias, chegando mesmo a gerar instituições características - caso da política de partidos ou “politicalha”. Logo, qualquer sistema que se recuse a levar em conta tal fenômeno “como fator de perturbação no funcionamento de qualquer mecanismo político” tende a fracassar (Op. Cit: 69).

É esse o caso da prática política inaugurada pela Constituição de 1891. Segundo o autor, seu fracasso deriva tanto do momento histórico vivenciado pelo país como de sua inadequação à realidade da Nação. Para começar, o pensamento republicano ainda não atingira entre nós a plena maturidade quando de sua vitória. Inexistia uma classe social que o encarnasse devidamente e aqueles que puseram em prática tais instituições eram inteiramente estranhos a esse ideal. Ademais, as condições econômicas eram pouco propícias a tal surto de idealidade, dado o abalo social provocado recentemente com a abolição. Por último, uma vez que a opinião organizada ainda não estava formada no país, a instituição do sufrágio universal nos brindou não com o governo do povo, mas com a subordinação dos órgãos públicos à realização dos interesses privados dos clãs - único segmento capaz de pressionar governo. Simbolizou, portanto, a obra de “excelentes tradutores de males estranhos; péssimos intérpretes dos nossos próprios males” (Op. Cit: 83).

Segundo Vianna, esse idealismo é utópico, justamente, porque procura as causas dos problemas nacionais onde elas não se encontram. O desconhecimento do país faz com que os liberais partam de pressupostos falsos e, como conseqüência, cheguem a conclusões igualmente falsas. Conforme o autor, “a verdadeira causa do mal [reside] no próprio povo, na sua estrutura e na sua mentalidade, tal como havia modelado quatro séculos de evolução original” (Op. Cit: 60). Somente a partir do “conhecimento positivo e concreto de nossas realidades e possibilidades” poderemos elaborar “regimes convenientes e adaptados ao nosso povo e aos seus destinos” (Op. Cit: 72 e 116). Enquanto nossa política permanecer alicerçada em modelos estrangeiros, assistiremos à separação do Brasil em dois:

um legal e outro real. Urge, portanto, formar um verdadeiro *idealismo orgânico* - espécie de antevisão da realidade futura a partir do estudo histórico do passado, combinado com o estudo sociológico do presente - que, através de um amplo estudo do Brasil, deslinde nossas singularidades e atenda nossas qualidades formadoras realizando nosso determinismo positivo; a saber: a predisposição a um poder central forte capaz de erigir o espaço público e a Nação.

De acordo com o autor, o problema da organização política nacional é essencialmente um problema de autoridade e não de liberdade. Diante do caráter inorgânico da sociedade brasileira, a centralização política e a supremacia do poder central são essenciais à prática política. Para ele, a preponderância parlamentar obstaculariza a eficiência da administração pública, tendo em vista o espírito faccioso e a esterilidade de suas ações, somadas a total despreocupação com os interesses nacionais. Exemplo disso é o período sob a Carta de 1934 quando “a prerrogativa da iniciativa das leis pela Câmara se havia tornado, pura e simplesmente, num instrumento de cabala eleitoral” (Op. Cit: 148). Se não fosse a intervenção do poder pessoal nos jogos dos partidos, “um deles ter-se-ia eternizado no poder em verdadeira oligarquia” (Op. Cit: 63). Nesse sentido, faz-se fundamental deslocar o centro de gravitação dos poderes federais do Parlamento para o Presidente da República; “único que exprime e pode exprimir autorizadamente o pensamento da Nação” (Op. Cit: 156). Conforme o autor, isso não implica na confusão dos diversos poderes na figura do Presidente ou na anulação dos outros órgãos da soberania nacional. Na verdade, dá “à nossa organização política uma nova estrutura, de acordo com o que nossa experiência estava aconselhando” (Op. Cit: 124).

Segundo Vianna, o alvo do verdadeiro idealismo orgânico “não pode ser outro senão a unificação e a integração da nacionalidade e a consolidação da sua ordem legal” (Op. Cit: 177). Uma reforma política realista deve buscar organizar não o voto, mas um conjunto de instituições específicas, que atue como “um sistema de freios e contra freios”, capaz de neutralizar ou reduzir ao mínimo “a ação nociva do espírito de clã no nosso organismo político administrativo” (Op. Cit: 71). Orientada em três sentidos centrais - aumento do poder e da competência da União, primado do Executivo federal em face dos outros poderes federais e estaduais, e ampliação da base democrática do governo e da administração pública pelo reconhecimento de novas fontes de opinião popular, - consagra uma “democracia autoritária” ou de

“constitucionalismo disciplinado”, que seria tendência das democracias mundiais frente à incessante transformação dos interesses locais em nacionais⁶ (Op. Cit: 288).

Conforme Vianna, precisamos de um regime de Presidente único. De um sistema em que o chefe de Estado é declarado autoridade suprema, capaz de se colocar acima dos partidos e dos demais grupos “de modo a dirigir a nação pelo alto, num sentido totalitário, agindo como força de agregação e unificação” (Op. Cit: 208). Longe de representar uma ameaça às liberdades individuais, esse Estado é de fato sua única garantia. Isso ocorre, porque sua legitimidade passa a fundar-se na opinião direta do povo, expressa por meio das corporações - fontes legítimas da opinião democrática permitem ao indivíduo a expressão integral de seus interesses e opiniões a partir de sua participação junto às diversas corporações. Diferentemente dos partidos – organizações de interesse privado, - elas exprimem os grandes interesses coletivos, “porque interesses das grandes categorias econômicas e profissionais, que criam a riqueza e asseguram a prosperidade da Nação” (Op. Cit: 169).

Caracterizada como uma democracia corporativa, sua adoção assinala um avanço político posto que arma o Estado de “elementos seguros de informação técnica e experimental sobre as necessidades do povo e as realidades dos nossos grandes interesses coletivos” (Op. Cit: 208). Reflete uma tendência da evolução política mundial de substituir a competência parlamentar pela técnica⁷. Conforme o autor, se a “participação coletiva é a pedra de toque de uma verdadeira organização democrática” o melhor caminho para realizarmos a democracia é desenvolver as organizações de classe, “aumentar sua importância, intensificar as funções consultivas e pré-legislativas” (Op. Cit: 218).

Da mesma forma que é impossível instaurar um regime de opinião com a simples concessão à população do direito ao voto, Vianna destaca que “não é possível a representação política das classes sem [que se dê] a prévia organização

⁶ Segundo Vianna, cada vez mais, problemas até então considerados de interesse puramente local e, portanto, de competência dos Estados, vão se tornando problemas de interesse nacional. É esse o caso dos problemas da profilaxia rural (combate à malária, doença de chagas, etc.), das secas, do banditismo sertanejo que, dado o desenvolvimento do transporte e comunicação, passam a atingir diversas áreas do território nacional, exigindo, pois, a ampliação das atribuições dos poderes centrais em detrimento dos locais (Op. Cit: 287-289).

⁷ Para Vianna, tal tendência é resultado da própria estrutura das sociedades modernas, pois com o advento da grande indústria, somado à modernização dos processos de negócios e à urbanização, ocorre uma complexificação dos interesses econômicos da sociedade. Tais interesses atingem uma complexidade tal de organização e técnica que ficam fora do alcance das instituições puramente políticas. Soma-se a isso o esgotamento e inexpressividade dos partidos, que passam a exigir uma refundição do clássico sistema de opinião (Op. Cit: 211-214).

profissional dessas mesmas classes” (Op. Cit: 259). É preciso primeiro preparar o ambiente para que essas novas forças políticas cresçam e se desenvolvam; processo longo e que exige tempo. Segundo o autor, para começar, devemos adotar a representação profissional “no plano da vida privada”, nas cidades e nos campos. Estimuladas pela lei, é possível que as diversas classes se congreguem em sindicatos, “levando-os paulatinamente à compreensão dos seus próprios interesses”. Somente após esse longo processo de associação “é que devemos pensar em transportar esses grupos ou classes, para o campo da vida pública e da representação política” (Op. Cit: 266). Logo, a reforma que o país precisa não é uma reforma meramente política; ela tem caráter mais profundo. É, antes, uma reforma social:

(...) o que os fatos têm demonstrado, e a experiência comprovado, é que somente pela virtude dos textos constitucionais não conseguiremos reorganização alguma (...) as reformas constitucionais serão apenas auxiliares de outras reformas maiores, de caráter social e econômico, que devemos realizar, se quisermos estabelecer aqui o regime democrático.

(...) a pedra de toque da possibilidade do governo do povo pelo povo em nosso país está nisto: *na capacidade das nossas classes produtoras de organizarem-se profissionalmente*. Sem isto o melhor será contentarmo-nos com o que está: - com o governo do povo por oligarquias brancas. (VIANNA, 1939: 111 e 248 – Grifos no original)

Como saída imediata, Vianna propõe a instauração de Conselhos Técnicos – órgãos de representação de competências e não de interesses – com obrigatoriedade de consulta e a formação de um corpo eleitoral menos amplo que o oriundo do sufrágio universal. Composto por eleitores políticos (membros das assembleias e câmaras nacionais e estaduais, correspondentes a um terço do eleitorado) e não políticos (membros de associações, tais como: Conselhos Técnicos, Instituições Culturais, Escolas superiores, etc.) asseguraria que o voto fosse real expressão da vontade e do pensamento das elites dirigentes do país – “únicas que têm a consciência dos grandes interesses da nacionalidade e guardam o sentimento profundo dos seus destinos históricos” (Op. Cit: 255). Apelando à conveniência e adequação à realidade nacional defende, portanto, a construção de um Estado autoritário, que apoiado em uma intelligentsia técnica e científica, tutele a sociedade brasileira - ao menos até que ela atinja as condições necessárias à sua própria representação (BRANDÃO, 2007).

- *O desenvolvimentismo de Hélio Jaguaribe:*

Tendo como referenciais teóricos a sociologia do conhecimento e a sociologia histórica, o livro *“Condições institucionais ao desenvolvimento”*, de Hélio Jaguaribe, pretende uma análise objetiva da situação política brasileira. Segundo o autor, o tratamento do problema político só atingiu forma realmente objetiva e científica quando passou a utilizar-se dos instrumentos teóricos surgidos com essas duas novas áreas de conhecimento - a saber: a teoria da ideologia e os conceitos de época, fase e estrutura-tipo⁸. Nesse sentido, conhecer o Brasil exige que estudemos “o processo político brasileiro em face e em função da atual estrutura-tipo do Brasil e, ao mesmo tempo, [levemos] em conta o processo faseológico dessa estrutura”, com vistas à formação de uma política ideológica (JAGUARIBE, 1958: 14).

Para o autor, a análise empírica da situação brasileira aponta para um país com alta capacidade de desenvolvimento, mas ainda sem as condições institucionais necessárias a sua realização. Trata-se de uma comunidade em processo de transição da fase semicolonial para a desenvolvida, onde convivem elementos dessas duas estruturas-tipos. Isso ocorre porque, quando da crise cambial dos anos 20, o país teve sua capacidade de importação diminuída, sendo “compelido a promover uma distorção nas relações de investimento” em favor do mercado interno. A partir daí, o país entrou em uma fase de transformação “caracterizada pela enérgica e acentuada propensão ao desenvolvimento” que, no entanto, encontra-se embaraçada “por alguns pontos de estrangulamento” (Op. Cit: 16). Tais pontos explicitam um país sob uma forte crise de transição, uma vez que a passagem da fase semicolonial à fase de pleno desenvolvimento exige uma transformação profunda não só em sua estrutura econômica, mas também social.

Segundo o autor, no plano econômico os pontos que estrangulam o desenvolvimento nacional consistem: 1) no desequilíbrio na balança de pagamentos, resultado da baixa elasticidade dos nossos termos de troca em oposição à crescente dependência interna de matérias-primas básicas e de maquinaria; 2) na crise das relações entre infra e superestrutura expressa no alto custo da produção nacional

⁸ Segundo o autor, a teoria da ideologia permite o tratamento objetivo das formulações ideológicas, passando a julgá-las em termos de sua maior ou menor representatividade das classes ou de uma determinada comunidade. Já os conceitos de época (recorte que advém da configuração de períodos específicos, determinadas pelas situações reais da comunidade dominante), fase (etapa do processo histórico de uma comunidade em função de seus próprios eixos) e estrutura-tipo (modelo formado a partir das relações e correlações dos quatro planos estruturais: econômico, social, político e cultural) permitem a análise objetiva de uma sociedade específica e dos seus desdobramentos possíveis (Op. Cit: 10-14).

(além de depender da importação de matéria prima e de maquinaria, a baixa racionalização e a insuficiência dos meios de transporte e de energia encarecem a produção); e 3) na baixa acumulação de poupança interna, o que explica nossa subcapitalização, agravada pela incapacidade dessa indústria em atender à demanda (dado à falta de capital e técnica). Tudo isso cria um cenário de inflação “que ameaça se tornar galopante” (Op. Cit: 17). Seu enfrentamento exige um “planejamento geral da economia” capaz de expandir nossa capacidade de poupar.

Conforme o autor, esse planejamento econômico visa não apenas direcionar, ou mesmo determinar as ações dos indivíduos com vistas ao desenvolvimento. Busca, antes, organizar as “condições e estímulos diretos e indiretos que levem o desenvolvimento a se processar”, tais como instituições que favoreçam a diversificação da produção nacional (Op. Cit: 42). Caracterizado como “técnica, (...) aparelho intelectual a serviço de organismos e de processos que possam levá-lo adiante”, sua aplicação e realização não é viável quando não “enquadrado em um contexto que propicie sua execução” (Op. Cit: 48). Logo, a elaboração e realização do planejamento econômico passa pela formação das condições institucionais ao desenvolvimento que, por sua vez, exige a superação dos pontos de estrangulamento nos outros três planos estruturais: social, cultural e, sobretudo, político.

No plano das relações sociais, tais pontos se expressam na manutenção de uma estrutura de privilégios de classe, para além do período “em que historicamente eram compreensíveis” (Op. Cit: 17). Segundo Jaguaribe, a conservação desses privilégios dificulta a horizontalização da democracia e suscita o parasitismo social. Definido como “fenômeno de estrangulamento das nossas relações sociais, no nível de todas as classes”, produz uma espécie de “equívoco ideológico” que impossibilita a livre dinâmica das classes em função de suas atuais garantias (Op. Cit: 18). Exemplo disso é o caso da classe trabalhadora que, dado a permanência de instituições de proteção ao trabalho, formadas no período do subdesenvolvimento nacional, tem assegurada uma “relação de homens, horas de trabalho e serviços” irreal (Op. Cit: 17). Tal garantia tanto onera a mão de obra, consolidando um trabalho não rentável, como dificulta sua racionalização.

No plano cultural, são dois os fenômenos que obstaculizam o desenvolvimento: a alienação cultural e, seu correspondente oposto, o nativismo primário. Conforme o autor, esse primeiro fenômeno consiste no agravamento da

“incultura nacional”, resultado da “importação mecânica, transplantação automática e acrítica de categorias e princípios, de critérios e valores elaborados pelos países culturalmente mais desenvolvidos”, mas inadequados ao período faseológico do país (Op. Cit: 18). Essa alienação cultural dificulta a formação de uma consciência nacional autêntica e impõe a defesa e aplicação de modelos totalmente inadequados à nossa realidade (entre eles o liberalismo). Já o nativismo primário é o fenômeno “da pura e simples afirmação de tradições folclóricas e processos anímicos primários” simplesmente por serem eles brasileiros (Op. Cit: 19). Rejeitando a cultura ocidental - alheia e inadequada ao Brasil - acaba por revigorar “processos primitivos incapazes de permitir a compreensão e a modificação da nossa própria realidade” (Op. Cit: 19).

Por fim, os pontos de estrangulamento que afetam nosso desenvolvimento político são o clientelismo e o cartorialismo; fenômenos “que se constituíram e se formaram no âmbito do nosso subdesenvolvimento e semicolonialismo”, mas que persistem ainda hoje - anos 50 (Op. Cit: 19). Primeiramente, a política de clientela expressa a política surgida com a urbanização brasileira, quando da migração das classes dominantes para as cidades. Para Jaguaribe, o surgimento das cidades deu origem a uma nova classe: a classe média. Esta classe estava deslocada do processo produtivo e encontrava-se “por isso, econômica e socialmente condenada à marginalidade” (Op. Cit: 21). Uma vez que a estrutura-tipo brasileira apresentava uma relação de classes bastante simples - resumia-se em: classe dominante dos fazendeiros e/ou burguesia mercantil e classe dominada do campesinato - o surgimento desta classe média provocou a organização de clientelas em torno das fazendas. Posteriormente, tais clientelas foram consolidadas e homologadas pelo regime federativo, estimulando o processo (formado espontaneamente no Império) do voto de favor, barganhado pelo emprego de favor.

Por sua vez, tal regime “conduz a uma forma de Estado típica”: o Estado Cartorial, cuja essência consiste em manter ou assegurar o *status quo* (Op. Cit: 22). Conforme o autor, esse Estado Cartorial é “produto da política de clientela e, ao mesmo tempo, o instrumento que a exerce e a conserva” por meio do oferecimento de cargos no serviço público. Nele, o emprego público constitui um serviço totalmente desligado da realidade social, “sem relação com a necessidade da prestação de efetivos serviços públicos”. Serve apenas para subsidiar as clientelas e

envolver a classe média marginal, convertendo-se em “uma pirâmide indefinida de cargos” cuja única função é se auto-sustentar através da arrecadação (Op. Cit: 22).

Embora represente uma “monstruosa deformação do serviço público”, Jaguaribe entende que, entre os anos de 1850 e 1930, o Estado Cartorial expressou a “coincidência entre as forças que dominavam o processo econômico brasileiro e as que dirigiam politicamente o país” (Op. Cit: 23). Ao manobrar a política de clientela através da inserção da classe média no Estado Cartorial e do pagamento do imposto (ou melhor, do salário) necessário à sua manutenção, a classe latifundiária assegurou a manutenção não apenas de seus privilégios de classe, mas também do regime de produção primária, da rentabilidade e da funcionalidade de suas empresas. Todavia, conforme o autor, “pela [sua] própria eficácia”, este Estado foi conduzido à contradição: ao garantir emprego à classe média marginalizada, criou as condições necessárias à formação de um mercado interno e, em consequência, favoreceu o desenvolvimento econômico (Op. Cit: 24). Acabou, assim, por destruir suas próprias bases de sustentação, entrando em crise.

Segundo o autor, o surgimento do mercado interno aliado às crises cambiais dos anos 20 e 40 forçou-nos a produzir, internamente, o que antes importávamos. Enquanto a primeira crise nos conduziu a uma industrialização “tendente à produção dos bens de consumo imediato, no nível da indústria leve” (Op. Cit: 43), a segunda - dada a inelasticidade de nossa receita cambial que dificultava a importação de equipamentos para alimentar essa mesma indústria leve - exigiu que déssemos um “um passo adiante em nosso desenvolvimento, passando a produzir internamente nossos próprios equipamentos” (Op. Cit: 26). Ademais, tais surtos de desenvolvimento e industrialização implicaram em uma demanda crescente por serviços públicos efetivos, como transporte, energia, política econômica e fiscal, etc. Tornou-se, aí, necessária “uma atuação sistemática, promocional, corretiva e defensiva do Estado”; atuação esta não compatível com a estrutura do Estado Cartorial (Op. Cit: 27). Desse modo, pela própria dinâmica do desenvolvimento brasileiro, formou-se um hiato entre o processo político e econômico. Conforme o autor:

Eis que em nosso tempo se estabelece um divórcio crescente entre as forças que dinamizam o processo econômico e as que continuam manobrando a política de clientela e controlando o Estado. (...) Esse intervalo entre o processo econômico e o processo político suscita um intervalo igualmente grave entre (...) a função pública que necessita a sociedade brasileira atual e aquele tipo de Estado que ainda persiste e que não tem mais relação alguma com tal necessidade (JAGUARIBE: 1958: 26).

Nesse sentido, o problema com que se defronta o Brasil é o de encontrar a fórmula capaz de superar as forças estáticas (as classes tradicionais, sobretudo a elite agrário-exportadora) e reajustar o Estado às forças dinâmicas (burguesia e proletariado) que conduzem o processo social. Implica, portanto, na superação da crise política brasileira que, para o autor, passa por seu desenvolvimento econômico.

Segundo Jaguaribe, “o fenômeno do desenvolvimento econômico é um aspecto particular do fenômeno do crescimento econômico” (Op. Cit: 37). Envolve não apenas a acumulação quantitativa de riquezas, mas também a transformação qualitativa do processo econômico, posto que esteja vinculado ao “aproveitamento ótimo e crescente das possibilidades tecnológicas” na utilização dos recursos naturais disponíveis (Op. Cit: 37). Embora se trate de um processo que ocorre no âmbito das relações econômicas, o autor crê que o desenvolvimento não está a ele limitado. As mudanças na estrutura produtiva ocorrem a partir de condições mais amplas, tais como crenças e hábitos de uma comunidade. Logo, concebe o desenvolvimento como um processo global: “se realiza dentro de estruturas sociais dadas, e se apresenta, em relação a tais estruturas, como uma função que as configura e um efeito que delas resulta” (Op. Cit: 38).

Conforme o autor, “se considerarmos mais profundamente as relações entre o Estado e a economia, e atentando ao fato de que, dado certo prazo, todo processo econômico tende a criar as instituições necessárias para discipliná-lo”, a melhor (e talvez a única) saída para superar o Estado Cartorial e a política de clientela é o desenvolvimento. Para ele, a criação das condições capaz de transformar “o antigo quadro do semicolonialismo do subdesenvolvimento” tende a alterar “a estrutura estatal que ainda subsiste” (Op. Cit: 29). Logo, ao promover o crescimento e a diferenciação da sociedade (aumento do número de classes que participam do processo produtivo), o desenvolvimento econômico impede que “as relações entre o homem público e o seu eleitorado” continue a se processar com base em relações

de barganha clientelística (Op. Cit: 30). Suscita, aí, outra forma de política: a política ideológica.

Em oposição à prática clientelista, a política ideológica “estabelece uma relação de orientação entre os interesses situacionais de determinado grupo ou classe e as formulações que convém a esse grupo e a essa classe” (Op. Cit: 30). Supera a lógica cartorial, fundando um Estado funcional apto a executar o planejamento que a Nação precisa. Para Jaguaribe, os anos 50 constituem o contexto ideal para sua formação, uma vez que há uma correspondência entre os interesses situacionais de classe: as demandas do proletariado, da burguesia industrial, do camponês e da classe média estão contempladas no desenvolvimento econômico. O que nos falta é alargar a propaganda do desenvolvimento, mostrando às grandes massas “a dependência que existe entre o processo econômico e a elevação do seu nível de vida” (Op. Cit: 49). Ao conscientizá-las de que a realização de seus principais interesses passa pelo desenvolvimento econômico, desmascara-se a política de clientela e sua ineficácia, abrindo espaço à organização de uma nova forma de Estado. Falta-nos, portanto, promover a mobilização ideológica da sociedade:

O problema que se apresenta, pois, para que se possa desencadear a ideologia do desenvolvimento e em torno dela reorganizar o aparelho do Estado e convertê-lo em Estado funcional, apto a planejar e a executar o planejamento econômico requerido pelas necessidades do país, é essencialmente, um problema de educação e de organização ideológica. (...) É, portanto, por meio de um esforço ideológico e da organização de núcleos de coordenação e de esclarecimento sociais que (...) se poderá construir a grande unidade nacional para o desenvolvimento, formando-se correntes de idéias e interesses (...) suficientemente poderosos para transformar, no sentido do desenvolvimento, as condições institucionais do nosso país (JAGUARIBE, 1958: 53).

Embora Jaguaribe não fale explicitamente (ao menos neste livro) como e sob quais instituições essa transformação deve se processar, é importante destacar que, para o autor, a formação dessa unidade para o desenvolvimento deve transcender a lógica partidária, tendo como ponto de partida a “ação empreendedora dos homens representativos do processo de desenvolvimento” (Op. Cit: 31). Ao mesmo tempo, trata-se de uma mudança operada “dentro do regime democrático representativo e de uma série de outras exigências determinadas por nossos valores culturais” (Op. Cit: 29).

II. Rupturas ou continuidades?

Ainda que a breve apresentação dessas duas obras faça-as parecer tratar de temas e projetos bastante diferentes, acreditamos que subsistem algumas continuidades entre elas; sem querer, com isso, sugerir uma ausência completa de rupturas. Para nós, a narrativa de “*Condições Institucionais ao desenvolvimento*” não rompe completamente com a agenda temática presente em “*O idealismo da Constituição*”. Apenas atualiza-a em resposta aos novos problemas e desafios postos por seu contexto específico. Logo, a aparente diferença entre essas obras resulta antes dos diferentes contextos de seus autores e dos diferentes instrumentos analíticos que utilizam, que de uma ruptura entre suas idéias. Vejamos.

Aparentemente o principal ponto de contato entre essas duas obras refere-se à problemática central: superar a crise e, com ela, o atraso brasileiro. Tanto o livro de Vianna como o de Jaguaribe pretendem uma análise objetiva da situação política, econômica e social do Brasil, de modo a apreender seus problemas e desafios. Caracterizam, aí, o cenário nacional como um cenário de crise. Tal crise perpassa todos os setores da vida nacional e, ao mesmo tempo, é produto e produtora do nosso atraso. A narrativa de ambos os livros gira em torno do estudo do nosso passado e presente, para a partir daí apresentar os caminhos, ou melhor, os projetos oportunos ao futuro do país. Enquanto Vianna trabalha isso a partir da perspectiva de formação e organização da unidade nacional, Jaguaribe o faz sob a ótica da promoção do desenvolvimento econômico. De qualquer maneira, é nítido que ambos têm a questão da crise e do atraso como temáticas centrais.

Apesar de esta afinidade ser bastante importante à nossa análise, vale destacar que ela não é suficiente para sustentar nossa hipótese, haja vista que essa problemática permeia grande parte do pensamento social brasileiro, sobretudo da produção situada entre os anos 20 e 50. Longe de estabelecermos a uma associação espúria, acreditamos que os pontos de encontro entre a narrativa de Vianna e Jaguaribe são mais amplos: não residem na mera sugestão da temática da crise e atraso nacionais, mas antes em seu tratamento. Isto é, partilham de um mesmo diagnóstico da crise e, como conseqüência, propõem uma mesma saída à sua superação.

Como vimos anteriormente, para ambos os autores o cenário brasileiro reflete um cenário de crise, resultado da inadequação de suas instituições (políticas,

econômicas, sociais e culturais) às características, ou etapa faseológica de seu povo. Enquanto para Vianna tal inadequação se expressa sob a forma do idealismo utópico das instituições liberais e sobretudo do sufrágio universal, para Jaguaribe seu contorno é mais amplo, tratando dos diversos pontos que obstaculizam nosso desenvolvimento econômico. Independentemente às diversas formas que tal inadequação assuma ou possa vir assumir, há um elemento comum que une ambas as perspectivas: suas causas. Tanto Vianna como Jaguaribe atribuem esse divórcio entre as instituições legais e o país real às características do próprio povo brasileiro. Embora somente Vianna aborde diretamente o problema, ele também se faz presente no livro de Jaguaribe.

Conforme Vianna, as instituições nacionais são inadequadas, justamente porque seus elaboradores ignoram um elemento central à nossa organização social e política: o espírito de clã. Por ignorá-lo presumem um alto grau de racionalização à sociedade, quando de fato, ela ainda opera sob a lógica dos interesses privados, do favor e da barganha. Sistemas políticos como o liberal, cujo princípio passa pela dispersão dos núcleos de poder, quando aplicados ao Brasil tendem a reforçar o caráter inorgânico da sociedade e, como conseqüência, fracassar. Expressam a subordinação dos órgãos públicos aos interesses privados dos clãs, jamais a representação da sociedade. Segundo Vianna, isso ocorre porque o povo não só é incapaz de pressionar o governo, como desconhece seus direitos e, mesmo, seus interesses. Logo, faz-se necessário instituir um Estado centralizado capaz de “reformá-lo”, unificando-o e integrando-o, ao mesmo tempo em que garante seus interesses e liberdades. Somente a partir daí poderemos formar o sentimento de interesse coletivo e de espírito público; bases necessárias à participação dessa mesma sociedade.

De modo bastante similar, Jaguaribe relaciona o desenvolvimento econômico ao “desmascaramento”, para as grandes massas, da política de clientela e de sua ineficácia. Para o autor, um dos principais sintomas da crise nacional é a manutenção de instituições e práticas clientelistas em um país em fase de transição para o pleno desenvolvimento. O problema consiste no fato de que a efetiva execução desse desenvolvimento exige, primeiro, a superação dessas práticas e instituições. Isso aponta para um ciclo vicioso, cuja única saída o autor encontra na organização e educação ideológica das classes.

Conforme Jaguaribe, “existem condições gerais para que se processe a reforma do Estado, e condições especiais que desencadearão essas gerais”. Estas, por sua vez, “são apenas a propaganda ideológica e organização dos grupos dinamicamente interessados” no sentido de preparar e educar ideologicamente as massas (Op. Cit: 32). Somente a partir dessa conscientização do povo de que suas demandas estão contempladas no desenvolvimento econômico, será possível construir uma unidade capaz de suscitá-lo e, assim, transformar as condições institucionais do país. Logo, como Vianna, Jaguaribe associa a superação da crise nacional à “reforma do povo”, ou melhor, à sua educação ideológica.

Uma vez que seus diagnósticos da crise se assemelham, os caminhos que propõem à sua resolução também partilham de algumas afinidades. Como assinalamos acima, para ambos os autores o enfrentamento da crise nacional exige a superação do espírito de clã e de suas práticas. Isso se atinge com a “reeducação do povo”, seja por meio de sua organização legal (Vianna), ou conscientização ideológica (Jaguaribe). Esta, por sua vez, é uma tarefa que cabe às elites do país, representadas no aparelho de Estado. Embora, novamente, apenas Vianna explicita tal idéia, implicitamente Jaguaribe também atribui às elites e ao Estado o papel de agente ao desenvolvimento. Expliquemo-nos.

Em *O idealismo da Constituição*, Vianna afirma categoricamente que as elites (intelectuais e técnicas) são as únicas portadoras do verdadeiro idealismo orgânico no país. Para ele, todos os demais setores da sociedade estão imbuídos do espírito de clã, tão prejudicial à história nacional. Cabe-lhes, pois, criar os mecanismos e as instituições capazes de promover a organização e a conseqüente reeducação da sociedade nacional. Haja vista que isto consiste em um processo consideravelmente longo, compete também a elas guiar a sociedade – ou seja, administrar o aparelho de Estado - até que esta atinja um grau de maturidade satisfatório à sua participação autônoma. Contam, para isso, com a estrutura do Estado autoritário corporativo.

Modelo adequado às características nacionais e expressão das tendências mundiais de gestão, supera a lógica clientelista consolidando uma administração técnica, ao mesmo tempo em que cria mecanismos que comportam e, sobretudo, estimulam a participação das classes profissionais organizadas. Para Vianna, tal Estado é a expressão de uma verdadeira democracia. Institui não um regime de voto, mas um regime de opinião; adaptado e, sobretudo, que valoriza as

características da sociedade brasileira. Elabora, portanto, um projeto claramente elitista e estatista.

Diferentemente de Vianna, Jaguaribe não se posiciona de forma tão clara. Seu projeto fica subentendido a partir do uso de algumas frases ou expressões. Primeiramente, no que tange ao protagonismo atribuído às elites, ele aparece quando associa a consolidação do desenvolvimento nacional à ação empreendedora dos homens que o simbolizam, no sentido de conscientizar as grandes massas de seus verdadeiros interesses. Para o autor, é condição central ao desenvolvimento que os “grupos mais dinamicamente interessados na funcionalização do Estado” – ou seja, na formação das condições institucionais propícias ao desenvolvimento – organizem-se de modo a promover o esclarecimento social das massas (Op. Cit: 32). Uma vez que tanto a burguesia, como a pequena-burguesia e o proletariado - nossas forças dinâmicas - ignoram o fato de que seus interesses são correspondentes, tal tarefa parece, pois, competir às nossas elites intelectuais.

Já em relação ao papel do Estado, como vimos Jaguaribe não propõe um modelo de Estado específico. Cita apenas alguns aspectos que deve conter: ser representativo dos interesses e das características nacionais; ser interventor no sentido de organizar e executar o planejamento econômico para o desenvolvimento; transcender a lógica partidária; e, por último, instituir uma política ideológica em acordo com o período faseológico do país. Ainda que não fique claro qual Estado o autor pretende instituir, é perceptível que este é base à superação da crise, ou melhor, à consolidação do desenvolvimento nacional. Na medida em que a educação ideológica da sociedade é central ao desenvolvimento, posto que funda um Estado funcional, a esfera política emerge como esfera preponderante. Se somarmos a isso o fato de que uma das principais críticas do autor ao Estado cartorial versa sobre sua incapacidade de atuação “sistemática, promocional, corretiva e defensiva”, fica claro que a reforma do Estado visa não só permitir o desenvolvimento: é, antes, uma condição indispensável. Tal idéia é claramente expressa em outro texto do autor:

A modificação das condições produtivas exige uma intervenção planificadora do Estado que, direta, ou indiretamente, organize a economia do país para os fins em vista, estimule ou desestimule determinadas atividades, coordene os fatores, discipline os investimentos e assuma, promocional ou supletivamente, certos encargos produtivos. A intervenção planificadora, promocional e supletiva do Estado constitui a primeira das condições necessárias para que o impasse crescimento econômico-desequilíbrios estruturais seja vencido sem prejuízo do desenvolvimento econômico (JAGUARIBE, 1979b: 201).

Logo, como Vianna Jaguaribe acaba por consolidar um projeto em clara comunhão com a linhagem do idealismo orgânico.

Como pudemos verificar para ambos os autores a crise e o atraso nacional é resultado dos próprios males da sociedade (historicamente desorganizada e afeita à prática de clientelísticas). Sua resolução passa pela ação organizadora e promocional do Estado que, por sua vez, é composto não pela sociedade, mas pelas elites intelectuais. A despeito das diferenças verificadas no pensamento de Hélio Jaguaribe, face ao de Oliveira Vianna, este trabalho procurou demonstrar que subsistem importantes afinidades entre eles.

Tais afinidades não se limitam a uma simples correspondência temática. Tratam, de fato, de diagnósticos e projetos equivalentes. Ainda ambos os autores dialoguem com contextos diferentes e respondam a desafios igualmente diferenciados, o modo com ambos os interpretam e os caminhos que apontam à sua resolução são bastante próximos. Enquanto Vianna contesta o federalismo da Constituição de 1891 apelando ao espírito de clã característico da sociedade brasileira, Jaguaribe recorre às instituições e práticas dele decorrentes, para justificar o desenvolvimento impulsionado pelo Estado. Logo, é possível tratar o pensamento de Jaguaribe enquanto uma obra bastante influenciada pelo projeto autoritário de Vianna.

Referências bibliográficas:

Dos autores:

JAGUARIBE, Hélio. *Condições Institucionais do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____, A crise brasileira. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979a.

_____, Para uma política nacional de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, Simon. *O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo"*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1979b.

VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Nacional, 1939.

_____, *Problemas de política objetiva*. Rio de Janeiro: Record, 1974a.

_____, *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974b.

Geral:

BASTOS, Élide Rugai. *As Criaturas de Prometeu. Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

BOTELHO, André. Seqüências de uma sociologia política brasileira. Revista *Dados*, Rio de Janeiro, nº 01, 2007

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Tomo III, Vol. 2 Sociedade e Instituições (18889-1930) Rio de Janeiro: Difel, 1997.

LUKÁCS, Georg. *Ensaio sobre literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Sociologia*. In: NETTO, José Paulo. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1981.

LOWY, Michel. *Redenção e utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Idéias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a sociologia da cultura. *BIB*, nº 6, 2º semestre de 2006, pp. 53-71.

- MANNHEIM, Karl. O Pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução Crítica à sociologia rural*. Hucitec: São Paulo, 1986.
- _____. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MORAES, João Quartim de e BASTOS, Élide Rugai; (orgs.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- POCOCK, J.G.A. Pocock. Historia intelectual: un estado del arte. *Prismas*, nº 5, 2001. pp. 145-173.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Roteiro bibliográfico do Pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- SOUZA e SILVA, Cláudio Araújo. Reforma política e desenvolvimento em Hélio Jaguaribe. *Revista Intellectus*, IUPERJ, ano 06, vol II, pp. 1-19, 2007.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas*, nº 4, 2000. pp. 149-191.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.
- VILLAS BOAS, Gláucia. *Mudança provocada. Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- WEFFORT, Francisco. *Formação do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Ática, 2006.